



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

Volume 20, janeiro a junho de 2008

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: UM NEXO ONTOLÓGICO

Laura Marina Jaime Ramos¹

Sandra de Fátima Oliveira²

RESUMO

Este artigo apresenta, a luz de elucidações teóricas, a importância da Educação Ambiental (EA) nas Unidades de Conservação (UCs), principalmente no que diz respeito às suas apropriações turísticas. Estas têm sido recorrentemente consideradas apenas sob seu aspecto econômico, esquecendo-se de seu caráter de prática social conservacionista. Nosso intuito, portanto, é fundamentar o pensamento de que o Ecoturismo nas UCs tem como pressupostos conceitual, ético e legal, a formação de um sujeito ecológico, possibilitada pela EA.

O trabalho se configura como uma Pesquisa Bibliográfica e Documental, elaborada a partir das discussões propostas por pesquisadores e estudiosos das áreas de conhecimento específicas que o fundamentam: UCs, EA e Ecoturismo. Esses apontamentos são oriundos do arcabouço teórico de uma pesquisa empírica, em nível de mestrado, desenvolvida entre os anos de 2004 e 2006, no

¹ Professora do curso de Especialização em Educação Ambiental do Instituto de Estudos Sócio-ambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em Educação Ambiental pelo IESA/UFG e em Manejo de Sistemas Florestais pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Mestre e Doutoranda em Geografia pelo IESA/UFG. laurajaime@pop.com.br.

² Professora Doutora nível Associada I do Instituto de Estudos Sócio-ambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Educação Ambiental e Transdisciplinaridade e do curso de Especialização em Educação Ambiental do IESA/UFG. sanfaoli@iesa.ufg.br - <http://www.iesa.ufg.br/nupeat>.

Programa de Pesquisa e Pós-graduação do Instituto de Estudos Sócio-ambientais da Universidade Federal de Goiás.

Conciliar atividades antrópicas à conservação de UCs constitui-se um dos desafios da atualidade. O Ecoturismo pode ser uma alternativa, quando propõe a aproximação entre o ambiente natural, a população do entorno das UCs, os turistas, os gestores da atividade, o Estado e os benefícios econômicos. Na oportunidade do contato direto e uma vivência com a natureza, permeada pela prática da EA, o ecoturismo pode despertar nos sujeitos uma nova percepção ambiental, voltada ao reencontro, ao respeito e a unicidade com a Natureza, com a base da Vida.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Unidades de Conservação, Ecoturismo e Plano de Manejo.

ABSTRACT

This essay presents, under a theoretical elucidations' conjuncture, the importance of the Environmental Education at the Preservation Unities, mainly when it refers to the tourism. They have been considered merely under their own economical aspect, and the social preservation practice has being forgotten. Therefore, our intention, is to base the thought that Ecotourism at the Preservation Unities, has as a worthy, ethical and legal assumption, the formation of an ecological subject, made it possible by the Environmental Education .

The present essay sets up as a Bibliographical and Documentarial Research, elaborated from the arguments proposed by researchers and scholars who study Environmental Education, Preservation Unities and Ecotourism. Those references are originated from the theoretical base of a empirical research full-blown among the years 2004 and 2006, at the Research and Post – gradation program of the social-environmental research institute from the Universidade Federal de Goiás.

To conciliate anthropic activities to the unities preservation is one of the nowadays world challenge. The Ecotourism can be an alternative, when it proposes the approaching among the environment, the population who lives near the preservation unities, the tourists, the activity managers, the estate and the economical benefits. At the advisability from the direct contact and a natural experience, dominated by the Environmental Education, the ecotourism can assembly at the subjects a new environmental perception, linked to the meeting, to the respect and to the uniqueness with the Nature, with the life basis.

Keywords: Environmental Education, Preservation Unities, Ecotourism.

Introdução: Uma breve discussão a respeito da relação sociedade-natureza e a criação das Unidades de Conservação da Natureza (UCs)

A ação humana é um dos principais agentes causadores da instabilidade e do desequilíbrio no ciclo ecológico do Planeta Terra. Os seres humanos se tornaram uma parte proeminente da biosfera. Tornaram-se uma espécie com um número muito grande de exemplares, em que seu desenvolvimento tecnológico e de seus padrões de produção e consumo, energético e de recursos, são excessivamente superiores que o necessário para sua manutenção biológica.

Nesse sentido, a forma com que os indivíduos passaram a ver o mundo e o sentimento de nele pertencerem é modificada a partir de um novo entendimento e de uma nova forma na organização dos sujeitos e em suas relações com os elementos da natureza. Moscovici elucida bem essa questão quando diz que:

Ocorre que, no decorrer dos tempos, os determinismos gerais se viram suplantados por determinismos particulares ao homem, permitindo-lhe criar seu quadro de vida excepcional no meio de origem. A natureza superou-se, nessa circunstância, liberando-o das servidões

comuns, conferindo-lhes a possibilidade de reencontrar-se fora de um mundo que ele pôde tomar como objeto, nele participando apenas de maneira residual. (MOSCOVICI, 1975, p.10)

A visão de mundo modernizada, baseada, portanto, na rigidez da dissociação entre o humano e os demais seres, e no controle absoluto do primeiro em relação ao segundo, caracterizou os *determinismos particulares ao homem*, como se refere o autor supracitado, caráter esse expresso pela dominação humana em relação aos demais seres do Planeta Terra.

A sociedade moderna se caracterizara a partir desse contexto, pela grande capacidade de apropriação e conseqüente transformação do espaço pertencente. A utilização de técnicas e as produções comerciais, cada vez mais avançadas, permitiram aos seres humanos um controle crescente sobre a natureza. Isso fez com que o espaço adquirisse, paulatinamente, um caráter artificializado, opondo-se ao caráter natural original. Para Santos,

A história das chamadas relações entre sociedades e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição do meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade. (SANTOS, 2002, p.233)

A oposição e o distanciamento entre a sociedade “civilizada” e o ambiente natural e “primitivo” se deram de forma sempre mais complexas. A maneira de ver o mundo tornou-se hierarquizada, os seres humanos passaram a ocupar uma posição superior ao meio natural, e os objetos tecnificados criados para a exploração do meio natural fortificaram o caráter antropocêntrico da sociedade de se relacionar com o mundo.

Moscovici fundamentou essa questão ao dizer que,

A sociedade é o domínio dos homens, a natureza, o das coisas. Nossa civilização, em particular, apóia-se firmemente nessa separação. (...) Aí se dissimula a linha divisória entre o superior e o inferior, entre o material e o espiritual,... Essa relação de exclusão que é ao mesmo tempo diferença e negação, autonomia e exterioridade, encontra-se na base das nossas ciências, molda e organiza nossos comportamentos políticos, econômicos e ideológicos. (MOSCOVICI, 1975, p. 07)

A interação entre a sociedade e o meio ambiente se modificou, portanto, ao longo da história social humana, dando um outro caráter às relações estabelecidas entre indivíduos e a natureza. O ser humano desenvolveu uma capacidade surpreendente de modificar seu próprio ambiente de vida, tornando essa modificação extremamente desigual, já que a agressividade dessa exploração nos últimos quatro séculos é refletida principalmente na degradação dos espaços naturais, com uma exploração dos elementos naturais, tomados então enquanto recurso, muito maior do que a capacidade de regeneração ecológica do planeta.

No Brasil, como exemplo dessa lógica de transformação do espaço engendrada pelo capital, grande parte de seus biomas teve suas áreas degradadas e substituídas pela agropecuária de exportação, pela indiscriminada monocultura de grãos, especialmente soja e algodão, pela mineração, além da urbanização descontrolada dos lugares. O Bioma Cerrado, em especial, foi priorizado pelas políticas governamentais, como a área das grandes produções agrícolas em detrimento à proteção da Floresta Amazônica, perdendo, conseqüentemente, boa parte da sua biodiversidade.

Novas discussões são geradas a partir dos problemas causados em conseqüência da disparidade entre as dinâmicas da sociedade e da natureza. Questões ambientais são levantadas a partir da real e urgente necessidade de conservação dos espaços naturais. Percebeu-se, então, a iminência em se criar mecanismos para a preservação dos elementos naturais contra a própria ação humana, principalmente a partir do Século XX.

A conservação dos ecossistemas e a proteção das áreas naturais são fundamentais para a manutenção da vida, inclusive a humana. Nesse contexto, é de grande urgência a criação de áreas protegidas para a manutenção da biodiversidade e conservação do berço genético. Além disso, deve-se considerar, sobretudo, o direito a vida e existência de todos os demais seres vivos da Terra.

As primeiras áreas criadas destinadas à preservação de seus atributos naturais objetivavam principalmente a contemplação da paisagem e ao refúgio humano do ambiente urbano, voltado à prática do lazer (BRITO, 2003). A criação do Parque de Yellowstone, em 1872, marca o início da regulamentação, por meio do Estado, da preservação do ambiente natural, segundo padrões que influenciaram a criação de parques por todo mundo. Essa fase coincide com o início das primeiras atividades turísticas organizadas. O turismo em áreas naturais, conseqüentemente, foi um incentivador e, ao mesmo tempo, incentivado pelos movimentos da criação das primeiras UCs. Isso porque, os padrões de importância na criação de áreas protegidas fundamentavam-se muito mais na questão da socialização, no usufruto da população das belezas cênicas desses lugares do que na própria importância de respeito e conservação às demais formas de vida.

Na atualidade, a criação de UCs se constitui em uma das principais formas de intervenção governamental na tentativa de minimizar as perdas da biodiversidade frente aos impactos negativos e a grande degradação do ambiente natural impostas pelo processo de uso e ocupação praticados pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente.

Entretanto, quando comparada ao ritmo acelerado da perda de biodiversidade, a criação de UCs no Brasil, ainda é demasiado lenta. Além disso, as áreas naturais protegidas como um todo se configuram como mosaicos de territórios protegidos em meio a um grande espaço de exploração e produção do capital. É essencial que estas UCs estejam interligadas umas as outras, ou que possuam conexões através da criação de corredores ecológicos, reconfigurando o padrão de áreas protegidas,

transformando-as em grandes redes de conservação e proteção da biodiversidade, e não em apenas ilhas cercadas de assentamentos humanos, pecuária intensiva e produção agroindustrial.

Um outro fator importante para o sucesso na implementação de UCs é a participação e inclusão da população residente e do entorno dessas áreas em todo o processo, criando o sentimento de pertencimento para com a área, capaz de contribuir na conservação, e de apoderamento das relações sócio-econômicas que dizem respeito à atividade turística nessas áreas.

É imprescindível, portanto, que se reveja o modelo de planejamento dessas áreas protegidas. Como paradoxo existente, a política que envolve a criação das UCs é contraditória, pois na realidade, acaba por não interferir na articulação e na lógica do sistema capitalista de produção insustentável, com apropriação descomedida do ambiente natural. A própria atividade turística nas UCs, o ecoturismo especificamente, desenvolvido apenas como estratégia economicista, é exemplo dessa lógica, como mais uma estratégia de cooptação dos espaços pelo capital.

Essas atitudes, entretanto, só serão alcançadas por meio do desenvolvimento da EA, enquanto fundamento para uma relação ética entre a sociedade e as UCs, e enquanto programa voltado a ações práticas aplicadas aos turistas e integradoras das comunidades circunvizinhas. O que, de fato, ainda pouco acontece na grande maioria das UCs brasileiras, mesmo sendo a EA premissa básica e conceitual para o desenvolvimento do ecoturismo, como discutiremos adiante.

O Ecoturismo como proposta alternativa no contexto das Unidades de Conservação

O Brasil, um país de megadiversidade, de um modo geral, ainda conserva pouco sua biodiversidade, tanto quantitativa quanto qualitativamente, pois a definição, o estabelecimento, a manutenção e a gestão das UCs exigem muitos recursos, vontade, interesse político e o apoio da sociedade. Grande parte das áreas de proteção, segundo Oliveira (2002b), está sob fortes ameaças, como: o crescimento desenfreado da agropecuária; a exclusão indistinta da população autóctone no planejamento e na participação da manutenção dessas áreas; a falta de recursos financeiros e humanos, o descumprimento da legislação e fiscalização e a ausência de um maior interesse por parte dos governantes.

Uma atividade econômica que poderia funcionar como alternativa às dificuldades acima apontadas é a prática social do turismo. Contudo, somente quando conduzida de forma adequada, respeitando as características, fragilidades e limites sócio-ambientais da área determinada, e, sobretudo, permeada por ações efetivas de EA, planejamento adequado e participativo, o ecoturismo poderá conduzir a um crescimento sócio-econômico harmonioso e justo da região, à conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de viver da população.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela lei nº 9.985 de 2000, estabelece que as UCs são áreas instituídas com o objetivo de preservação e/ou conservação da natureza, dependendo de sua categoria. Isso quer dizer que são áreas estabelecidas para a manutenção ecológica, para a preservação da biodiversidade e para a utilização sustentada das espécies e do ecossistema, o que pode ocorrer juntamente com a atividade turística, por exemplo, favorecendo e incentivando o desenvolvimento da EA e o manejo adequado dos recursos naturais.

O próprio SNUC, em seu Art. 35, alíneas I a III, estabelece que:

Os recursos obtidos pelas unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral mediante a cobrança de taxa de visitação e outras rendas decorrentes de arrecadação, serviços e atividades da própria unidade serão aplicados de acordo com os seguintes critérios:

I – até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na implantação, manutenção e gestão da própria unidade;

II – até cinquenta por cento, e não menos que vinte e cinco por cento, na regularização fundiária das unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral;

III – até cinquenta por cento, e não menos que quinze por cento, na implementação, manutenção e gestão de outras unidades de conservação do grupo de Proteção Integral. (BRASIL, 2000)

O SNUC trata também de diretrizes que asseguram a participação efetiva das populações locais na criação, na implementação e na gestão das UCs, além da realização de práticas de EA, e condução das atividades de lazer e do ecoturismo. Barros e Dines esclarecem bem essa questão ao salientarem que

O ecoturismo estabelece inter-relações cada vez mais estreitas com a conservação e a educação ambiental. No âmbito das unidades de conservação, essa aproximação é reforçada por uma decisão oficial, sensível à demanda de visitação do novo mercado e pelo aumento do número de visitas espontâneas... Estes fatores ampliam ainda mais a necessidade e a complexidade do sistema de planejamento dessas áreas, sendo que o plano de manejo constitui-se no principal instrumento de gestão, em que são estabelecidos programas e atividades envolvendo os mais variados aspectos, entre eles, programas de manejo da visitação e uso público que visam reduzir seus impactos no ambiente natural. (BARROS; DINES, 2000, p. 48-49).

Cabe, portanto, ao plano de manejo das UCs, o documento gestor de todas as características inerentes a cada UC, determinar onde as atividades de lazer e turismo podem ser praticadas; a obrigatoriedade na implantação de ações de EA e interpretação ambiental. Segundo a Política Nacional do Ecoturismo (BRASIL, 1994), no Brasil, o ecoturismo é discutido desde 1985. No âmbito governamental, a primeira iniciativa de ordenar a atividade ocorreu em 1987, com a criação de uma comissão técnica nacional, constituída por técnicos do IBAMA e da EMBRATUR, tinha como intuito o monitoramento do *Projeto de Turismo Ecológico*, em resposta às práticas ecoturísticas já existentes a época.

Através dos trabalhos da comissão foram apontados vários problemas na condução da atividade. Entre elas, a ausência de consenso sobre a conceituação do segmento; a falta de critérios, de regulamentações e de incentivos que orientassem a prática da atividade e a falta de um estímulo à exploração do potencial das belezas naturais e dos valores culturais, ao mesmo tempo em que

promovessem a conservação. Essas razões, em especial, motivaram o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal a instituírem, pela Portaria Interministerial Nº 001, de 20 de abril de 1994, um grupo de trabalho, integrado por representantes destes Ministérios, do IBAMA e EMBRATUR. Seguindo orientações emanadas dos respectivos ministérios, o grupo de trabalho propôs e desenvolveu a política e o Programa Nacional de Ecoturismo.

Como resultado dessa participação interinstitucional, este documento pretendeu nortear o desenvolvimento regional do ecoturismo e serviu como base para uma implantação de uma Política Nacional de Ecoturismo no Brasil. Essa estabelece que, os impactos negativos e positivos que poderão advir da atividade de ecoturismo estão, a princípio, relacionados aos danos potenciais à natureza e à comunidade e, por outro lado, aos prováveis benefícios sócio-econômicos ambientais regionais e nacional. Estabelece também, a necessidade de medidas educadoras como forma de mitigar os impactos negativos da atividade, bem como de convergir esforços na potencialização dos impactos positivos, demonstrando a importância do desenvolvimento da EA para a atividade.

Com efeito, a fragilidade dos ecossistemas naturais das UCs não comporta o número elevado de visitantes. Além disso, se não forem atendidas as normas pré-estabelecidas no plano de manejo da UC, o uso público da área pode comprometer de maneira acentuada o meio natural, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação da fauna e da flora.

O desenvolvimento da atividade em UCs configura, também, como risco às populações locais alojadas em seu entorno. Isso porque a presença de agentes alóctones, componentes da atividade turística, quase sempre sem nenhuma relação direta com a região, pode gerar valores incompatíveis com os valores locais, ocasionando conflitos e modificações de culturas. Ainda, segundo o documento supracitado, em contrapartida aos riscos ambientais e comunitários, o ecoturismo pode, quando responsávelmente conduzido,

representar significativos benefícios econômicos, sociais e ambientais, como na criação de alternativa de arrecadação de recursos financeiros para as UCs; na possibilidade de melhoria nos equipamentos das áreas protegidas; na diversificação da cultura regional, através do incentivo à divulgação e valorização das manifestações tradicionais; na geração local de empregos; fixação da população no interior e na melhoria das infra-estruturas de transporte, comunicações e saneamento. (BRASIL, 1994, p.08)

Dessa forma, a compatibilidade do ecoturismo com o dimensionamento do número de visitantes e do fluxo de transporte, a adoção de parâmetros para a implantação de infra-estrutura, o respeito e a valorização da cultura local são condições básicas e imprescindíveis para o desenvolvimento harmônico da atividade nas UCs brasileiras.

Discutindo a Educação Ambiental no Ecoturismo: uma prática social alimentada pela sensibilização

Nossa construção teórica tem como pressupostos levantar algumas bases conceituais que caracterizam a atividade turística como uma prática social que se encontra em constante crescimento, especialmente quando desenvolvida em UCs, característica fundamental do ecoturismo. Nesse sentido, a partir do nosso entendimento sobre os conceitos que norteiam a prática do ecoturismo, nos aproximamos, sem que fosse possível dissociar, da necessidade da discussão sobre os aportes teóricos a respeito da EA. O ecoturismo como prática social, e a eminente necessidade de conservação da biodiversidade, principalmente em forma de UCs, deve fundamentar-se numa mudança de atitudes que possibilite uma reaproximação e respeito entre seres humanos e entre esses e a natureza. Acreditamos que somente através da mudança de sentimentos, de pensamento, e de atitudes, poderemos alcançar essa reaproximação, como uma das propostas trazidas pela EA. E essa reflexão deve ser tomada com uma maior atenção se considerarmos que as duas práticas, tanto a turística quanto a educacional, foram incorporadas e apropriadas pelo modelo de desenvolvimento capitalista.

Discorrer a respeito do ecoturismo nos aponta a necessidade de apresentarmos algumas definições e pensamentos que norteiam tal atividade. Não queremos nos ater a uma discussão epistemológica a respeito da prática social do turismo. Porém, faz-se de grande importância a apresentação de alguns pressupostos concernentes à atividade turística e especialmente no que diz respeito ao ecoturismo.

A prática do turismo tem sido cada vez mais crescente. Por se caracterizar também como uma atividade econômica, a consolidação desta atividade nos lugares é facilitada pelos próprios sujeitos envolvidos. E, segundo Irving (2002, p.19) tem se estabelecido com maior influência, principalmente nas “regiões menos favorecidas sob a ótica socioeconômica, mas extremamente privilegiadas com relação ao seu patrimônio cultural e natural”. Entretanto, seu avanço nem sempre se dá a favor das populações locais. O que, freqüentemente, é responsável por fenômenos significativos de degradação ambiental, como exclusão social e marginalização da população autóctone, além da descaracterização cultural, e da perda e deterioração da biodiversidade.

O turismo, e em especial o ecoturismo, se relaciona, consideravelmente, à base dos recursos naturais, e dela dependerá para o seu desenvolvimento. Isso pode gerar também impactos negativos significativos tanto no ambiente natural quanto cultural no que compreende, principalmente, as comunidades receptoras das destinações turísticas. É fundamental, no entanto, que alguns pressupostos sejam trabalhados mais amplamente na direção de uma atividade turística mais democrática, responsável e consciente, ou o que para alguns autores é também considerado

como turismo sustentável. Esses pressupostos, como bem coloca a Irving (*ibid*) permeiam a coresponsabilidade, o estabelecimento de uma educação voltada ao desenvolvimento e ao fortalecimento de uma consciência ambiental, o envolvimento efetivo das populações locais, o compromisso de geração de renda às populações do destino turístico envolvido, o estabelecimento de parcerias entre os setores público e privado e o fortalecimento de mecanismos de descentralização das responsabilidades e capacitação dos recursos humanos em escala local.

Na perspectiva conceitual, em relação às múltiplas definições encontradas para o ecoturismo, podemos apontar um consenso em torno de seu caráter intrinsecamente educativo, de seu compromisso com a modificação de atitudes relacionadas ao ambiente em que se vive, e com a expansão de uma consciência ambientalista. Nesse contexto, no Brasil, um grupo de trabalho interministerial em Ecoturismo, na formulação das *Diretrizes para uma política de Ecoturismo*, definiu a atividade da seguinte forma:

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. (BRASIL, 1994)

Essa definição adotada pelos órgãos governamentais brasileiros se aproxima bastante do conceito de ecoturismo que adotamos neste trabalho. Isso porque, consideramos prioritariamente, o caráter educativo que a atividade pressupõe, além do incentivo à conservação continuada. Entretanto, nos distanciamos deste conceito, apenas no que diz respeito ao caráter da questão da sustentabilidade. Acreditamos que, a partir do modelo de desenvolvimento adotado mundialmente, e a forte pressão do capital em detrimento ao respeito com os elementos naturais e, principalmente, a todas as manifestações de vida, dificilmente podemos considerar que uma atividade, permeada por interesses econômicos geradores de inúmeros impactos negativos, tanto culturais quanto ecológicos, seja, atualmente, considerada sustentável.

Autores como Serrano (2000) consideram ainda que, no contexto da apropriação irrestrita das relações sociais pelo mercado, a ampliação das dimensões do ambientalismo motiva o desenvolvimento de produtos e serviços considerados ambientalmente corretos. Estes serão manipulados através das estratégias de marketing, que nem sempre estão realmente comprometidos com quaisquer mudanças sócio-ambientais. O ecoturismo, muitas vezes, é incorporado por esses interesses, dissociando-se sumariamente de sua função social. A autora supracitada coloca ainda que o interesse pelas tradições, etnias e pela natureza, também estaria inserido na problemática sobre a motivação dos ecoturistas, uma vez que tal interesse é a matriz do próprio turismo, de um lado, e que o marketing turístico contribui para a reinvenção das mesmas tradições e exotismos do outro. O simulacro criado pelo turismo não estaria restrito a ambientes urbanos, mas também na artificialidade de um suposto retorno à natureza.

Contudo, temos o entendimento de relevar que, se a mediação do mercado entre o ecoturismo e EA pode ser vista como algo que invalida os esforços na constituição de uma atitude turística sustentável, é impossível negar também, conforme Serrano (2000, p.19) “que não há um modo de estar no mundo hoje que dispense algum grau de consumo – mais ou menos impactante”. Devido, portanto, ao caráter paradoxal e ainda pouco consensual sobre a sustentabilidade, preferimos considerar o ecoturismo como uma prática social eminentemente responsável. A expressão *viagem responsável* a que se refere o ecoturismo envolve objetivos semelhantes ao conceito adotado pelos órgãos brasileiros. *The Ecotourism Society* (WESTERN, 2001, p. 17) oferece a seguinte definição “Ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da população local”. O ecoturismo envolve, portanto, um sério compromisso com a natureza e com a responsabilidade social.

Nessa reflexão, o ecoturismo estabelece relações cada vez mais estreitas com a conservação da natureza e a EA. Em relação às UCs, essa aproximação é reforçada a partir da própria concepção de ecoturismo, e principalmente, pela função social estabelecida pela constituição e existência das áreas naturais protegidas em forma de UCs. O binômio ecoturismo e EA sintetiza, portanto, alguns entendimentos de grande importância com relação ao uso dos espaços naturais para fins turísticos. A minimização dos impactos negativos gerados com a visita em UCs é, muitas vezes, abordado como uma questão ligada à proteção dos recursos e dos ecossistemas, atribuição colocada somente aos gestores dessas áreas. Mas, o aumento significativo do número de pessoas que buscam esses locais, principalmente, para fins recreativos, nos conduz a uma nova reflexão dessa questão. A responsabilidade pela conservação do meio ambiente deve ser assumida, indispensavelmente, também pelo viajante. O aumento dos impactos causados pela visita deve ser gerenciado de forma a não afetar a conservação do ambiente. Para isso, é preciso acreditar e investir na educação do visitante e no planejamento da visita. Deve ser adotado um princípio de responsabilidade compartilhada, tanto por parte dos gestores dessas áreas, quanto pelos visitantes, na busca de uma mudança de atitudes que promovam condições apropriadas para a conservação e a visita responsável no ambiente natural. Princípios esses, fundamentos de ações efetivas de EA em UCs.

A discussão a respeito da relação existente entre ecoturismo e EA constitui um desafio quando a questão central da análise se expressa em preceitos éticos e conceituais, com vista a um novo modelo de desenvolvimento das sociedades humanas, voltadas para a melhoria da qualidade de viver, democratização de oportunidades, justiça social e conservação dos recursos naturais. É preciso, portanto considerar que, como afirma Irving,

Se por um lado, o ecoturismo é considerado como veículo de educação ambiental, por outro, o desenvolvimento de uma proposta sustentável de turismo é diretamente dependente de uma estratégia de educação ambiental que considere, prioritariamente, a questão da

participação e do envolvimento da comunidade, o desenvolvimento de programas formais e informais, os códigos culturais e comportamentais das comunidades a serem trabalhadas, a perspectiva de atuação interinstitucional, a transdisciplinaridade, a interação entre setor público e privado, o desenvolvimento de recursos humanos com base local, o desenho de parcerias na busca de um modelo de co-responsabilidade e a sustentabilidade das iniciativas propostas. (IRVING, 2002, p.32)

Acreditamos que o ecoturismo proporciona diversas oportunidades que contribuem para que o indivíduo entre em contato com o ambiente natural e perceba sua importância. Isso se dá a partir de uma nova percepção dos seus significados, retransferindo-os e reincorporando-os na vida cotidiana dos sujeitos. O ecoturismo pode, portanto, se constituir como uma nova oportunidade de se promover atitudes de respeito e a favor da conservação da natureza, conduzida num processo de preparação, sentido, mediação, sentimentos, gerados no processo educativo. É assim que a EA pode contribuir, agregando à atividade turística a possibilidade do desenvolvimento de processos educativos, na apreensão de novos valores voltados à sensibilização e ao respeito pela natureza.

Diversos autores, em diferentes abordagens, buscam definições que contemplem a EA em sua complexidade. Não pretendemos aqui, priorizar determinados conceitos em detrimento de outros, uma vez que desta forma correremos o risco de nos aprofundar numa discussão epistemológica, o que não é o nosso objetivo. O que pretendemos mostrar é o ponto que aproxima essas diferentes correntes de entendimento da EA, sendo esta uma nova proposta de entendimento e de relacionamento dos indivíduos com o seu ambiente, tanto no aspecto micro quanto macro. Uma proposta de retomada na integração das formas de percebermos e nos relacionarmos com o mundo. Uma proposta de educação, seja em seu aspecto formal, não-formal ou informal, que restabeleça o encontro e o respeito entre os seres humanos e sua origem existencial e a todas as manifestações de vida.

De acordo com Ramos e Oliveira (2004), a história da EA entendida como um instrumento concreto para a busca da mudança de paradigmas em face aos grandes problemas ambientais surgidos, principalmente, desde a Revolução Industrial, se inicia em junho de 1972 com a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano – a Conferência de Estocolmo. Esta conferência levou a UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA a criarem, em 1975, o Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA. Em cumprimento à recomendação de número 96 da Conferência de Estocolmo, realizou-se, em 1977, em Tbilisi, a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, consolidando o PIEA (RAMOS & OLIVEIRA, 2004).

Na Conferência de Tbilisi, a EA foi definida como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução de problemas concretos do meio ambiente, através de um enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade em prol da conservação. O Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e

Responsabilidade Global, documento assinado por representantes de diversos países, elaborado pelo Fórum Global durante a ECO-92, considera que a EA é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida; afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica; estimula a formação de sociedades justas e ecologicamente equilibradas.

A evolução do contexto da EA fez surgir a necessidade de instrumentalizar politicamente suas ações no Brasil e criar programas e linhas de ações. Em 1994, cumprindo com os compromissos internacionais assumidos em Tbilisi, o governo brasileiro, através dos Ministérios da Educação e do Desporto e do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal formularam o Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA.

O PRONEA foi elaborado propondo diretrizes que viabilizem ações na sociedade civil como um todo, bem como contempla linhas de ação, objetivos e estratégias próprias para que a administração pública possa adequar os programas de governo, buscando o desenvolvimento da EA no Brasil. São sete linhas de ação que orientam as práticas de EA (BRASIL, 1999):

- 1ª) Educação Ambiental através do Ensino Formal;
- 2ª) Educação no processo de Gestão Ambiental;
- 3ª) *Campanhas específicas de EA para usuários de Recursos Naturais;*
- 4ª) Cooperação com os que atuam nos Meios de Comunicação e com os Comunicadores Sociais;
- 5ª) Articulação e Integração das Comunidades em favor da Educação Ambiental;
- 6ª) Articulação Intra e Interinstitucional;
- 7ª) Criação de uma rede de centros especializados em EA, integrando Universidades, Escolas, em todos os estados da Federação.

Embora nenhuma linha de ação do PRONEA trate diretamente da atividade turística e do papel de multiplicadores que os ecoturistas podem desempenhar em relação à aprendizagem ambiental, algumas estão indiretamente relacionadas ao turismo. A terceira linha de ação, por exemplo, trata da campanha de EA junto aos usuários de recursos naturais. Ora, os ecoturistas são usuários indiretos dos recursos naturais, pois inseridos no espaço natural, interagem com o meio, construindo percepções, utilizando-o como fonte de lazer.

A abordagem educacional, segundo Tilbury (1995), deve apresentar um delineamento ecológico, e uma concepção paradigmática direcionada aos aspectos *sobre, no e para* o ambiente. Considera também que se deve incorporar os aspectos sociais e culturais como parte integrante da problemática ambiental. O meio ambiente, portanto é considerado a partir das relações entre os elementos antrópicos e biológicos, a natureza incorporada junto à sociedade e suas relações

culturais. Para o autor, a *sensibilização* se dá com base no *conhecimento* sistêmico da dinâmica ecológica, inserido no processo da *compreensão* educativa. A educação deve interagir com o *envolvimento* dos sujeitos, que, por meio da construção de *responsabilidades*, passarão a buscar uma *ação* e uma maior *participação* para a solução dos problemas ambientais e no exercício da cidadania. Isto é, a sensibilidade que formula e é formulada pela consciência, que por sua vez impulsiona a mudança das atitudes em novas ações: a conscientização.

Segundo Sato (1997), a abordagem educativa que considera os aspectos ambientais incorpora três grandes domínios:

- *Educação SOBRE o ambiente*: educação que favorece a aquisição de experiências e conhecimentos na área ambiental e seus problemas correlatos (concepção positivista com ênfase no domínio cognitivo);
- *Educação NO ambiente*: desperta valores e motivações que considerem um ambiente mais adequado (concepção construtivista com ênfase no domínio afetivo);
- *Educação PARA o ambiente*: promove a aquisição de habilidades e competências para agir e resolver os problemas ambientais (concepção reconstrutivista com ênfase no domínio participativo).

Sato (*ibid*) se apóia em Robottom e Hart (1993) para considerar que os domínios *sobre* e *no* são aspectos necessários, mas não os objetivos finais da EA, pois esta não se esgota nos conhecimentos ecológicos e na construção de conhecimentos. Isso quer dizer que as propostas da EA devem ser direcionadas à aquisição de habilidades e de competências que favoreçam a emancipação e a participação das comunidades, possibilitando um diálogo que reconstrua um processo educativo voltado *para* o ambiente.

É nesse sentido que entendemos a prática educativa realizada em UC. A cooperação entre conteúdos específicos sobre o ambiente e sua problemática, aliada à construção de um sentimento de co-responsabilidade entre o visitante e a natureza, levando consigo, a partir da experiência local, um novo olhar e novas atitudes em relação ao ambiente global.

Educação Ambiental e Percepção no Ecoturismo: a mudança de paradigmas atribuindo significado à experiência da viagem

A prática social do turismo caracteriza-se como um dos grandes agentes modificadores do espaço na atualidade. À medida que um espaço é apropriado pelos e para os agentes modificadores, componentes da atividade turística, são introduzidos novos *sistemas de objetos* e conseqüentemente novos *sistemas de ações* (SANTOS, 1994) voltados às infra-estruturas e ao atendimento dos turistas. Novos lugares são criados sob o aspecto não só da população autóctone, que se vê muitas

vezes forçada a modificar seu modo de vida e a adaptar-se a chegada de novas influências em seu cotidiano, mas principalmente em relação aos visitantes, que consomem esses novos lugares através de suas paisagens. É através da paisagem, ou seja, do aspecto visivelmente percebido de determinados lugares que os turistas consomem o espaço.

Teixeira & Nogueira (1999) enfatizam que, quando se faz o resgate da percepção humana numa representação espacial subjetiva, a questão ambiental é favorecida por uma análise da relação “entre a identidade do espaço e o mundo vivido” (Ibid., p.240). Nesse contexto, a EA considera os indivíduos, os turistas neste caso, como construtores de imagens a partir de suas próprias percepções de mundo.

O turismo proporciona um aumento da capacidade do ser humano em extrair informações de ambientes novos, por seu contato direto com o meio natural, que através da percepção desses fatores, numa ocorrência contínua proporcionada pela EA como forma aprofundada de experiência, concretiza-se um processo de aprendizagem.

Desse modo, o campo teórico da Percepção Ambiental é fundamental para a EA, na consideração do que o visitante apreendeu em relação à importância das UCs, da paisagem e da consciência sistêmica de conservação do meio ambiente. Isso, uma vez que ações de EA não devem se limitar apenas a algumas informações em relação aos aspectos do meio físico, e sim, compor o processo cognitivo dos sujeitos.

É importante lembrar que, mesmo durante as etapas do planejamento turístico, a percepção ambiental da população autóctone e sua relação com o meio devem ser substancialmente consideradas, para que as verticalidades adjacentes aos empreendimentos turísticos não se sobreponham às relações de horizontalidade das pessoas da região.

Dessa forma, podemos definir a percepção como sistemas relacionais de correspondência, em que seja possível caracterizar estruturas, procurando representar “não por decisões arbitrárias, mas em expressões precisas, as condutas dos sujeitos, das pessoas” (OLIVEIRA, 2002a, p.191). Sendo assim, logicamente, é impossível se ter uma única estrutura para todas as inúmeras percepções, porém podemos nos defrontar “de *uma parte*, com um conjunto de estruturas perceptíveis de uma complexidade crescente, e de *outra parte*, com uma gama de pré-interferências” (Ibid.; grifos nossos).

Nesse sentido, é preciso estar ciente que uma construção mental meramente sensorial - que no caso da percepção da paisagem se baseia na visão - das ações de EA representadas nas UCs pode nos levar a “uma perspectiva individual e ao risco da omissão das relações sociais implícitas” (SOUZA & COELHO, [200-], p.5), bem como a uma omissão de aspectos conhecidos anteriores a visitação do lugar. Desse modo, deve-se procurar trabalhar com técnicas dialogais e de interpretação e análise objetiva dos discursos dos sujeitos envolvidos.

Últimas Considerações.

Acreditamos que toda e qualquer pesquisa, teórica ou empírica, jamais será capaz de contemplar a imensidão da complexidade das relações e interações humanas com seu ambiente e tão pouco os mistérios existentes na natureza da vida. Este trabalho, destarte, tentou aproximar-se a uma face possível, na compreensão dos problemas aqui colocados. É desse modo que entendemos o seu caráter limitado, restrito a uma análise entre a importância da EA na atividade turística nas UCs. Nossa pretensão para essa discussão foi no sentido de colocar a importância da efetivação das práticas de EA para o ecoturismo, já que o contato do turista com as áreas naturais deve ser aproveitado para a mudança dos paradigmas vigentes na relação entre a sociedade e a natureza e na busca da transformação dos sujeitos em seres reintegrados à suas origens.

Conciliar atividades antrópicas à conservação e/ou à preservação da biodiversidade na forma das UCs constitui-se um dos grandes desafios da atualidade. O ecoturismo pode ser uma alternativa, quando uma proposta de aproximação entre o ambiente natural, a população do entorno das UCs, os turistas, os gestores da atividade, o Estado e o benefício econômico. Para isso, é importante mudar a mentalidade vigente, que vê as áreas naturais apenas como grandes áreas de potencial agriculturável. Que se modifique a relação estabelecida pelos seres humanos com a natureza, esta vista quase sempre como recurso. Que se valorize a cultura e as tradições da população alóctone. Que se consiga chegar a um equilíbrio entre as reais necessidades humanas e a capacidade fornecedora e repositória dos elementos naturais. E é através de uma aproximação, calcada de sensibilidade, entre a sociedade e o ambiente em que vivemos, que a mudança de mentalidade, a expansão da consciência pode ocorrer.

O ecoturismo proporciona essa aproximação, na oportunidade de contato direto e uma vivência com a natureza. Vivência essa, que permeada pela prática da EA, torna-se capaz de construir nos sujeitos, uma nova percepção ambiental, uma percepção voltada ao reencontro, ao respeito e a unicidade com a Natureza, com a base da Vida.

Referências Bibliográficas

BARROS, M. I. A.; DINES M. *Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude*. In: SERRANO, C. (org) *A Educação pelas pedras*. São Paulo: Chronos, 2000.

BRASIL. EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo; M.M.A. - Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo*. Grupo de trabalho Interministerial: EMBRATUR/IBAMA. Brasília: 1994.

BRASIL. Lei 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e outras providências. Brasília, D.F.

_____. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, D.F. BRASIL.

BRITO, M.C.W. *Unidades de Conservação: intenções e resultados*. 2ª ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

IRVING, M. A; AZEVEDO, J. *Turismo: O Desafio da Sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

MOSCOVICI, S. *Sociedade Contra Natureza*. Petrópolis, R.J: Vozes, 1975.

OLIVEIRA, L. *Ainda sobre Percepção, Cognição e Representação em Geografia*. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). *Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002, p.189-196 (a).

OLIVEIRA, S. F. *Unidades de Conservação (UCs): Contexto histórico e a realidade de Goiás*. In: ALMEIDA, M.G. *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia, 2002 (b).

RAMOS, L.M.J.; OLIVEIRA, S.F. *A educação ambiental como instrumento para o desenvolvimento do ecoturismo nas RPPNs*. In: X Encontro de Turismo com base local, 2004, Curitiba: UNICENP. Anais...2004.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. *Metamorfozes do Espaço Habitado*. 3ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SATO, M. *Educação para o Ambiente Amazônico*. 1997. 239p. Tese de Doutorado. PPG-ERN, UFSCar, São Carlos.

SERRANO, C. (org) *A Educação pelas pedras*. São Paulo: Chronos, 2000.

SOUZA, L.C.T. de; COELHO, S.S. *Aplicação Metodológica de Mapas Mentais em estudos da Percepção Ambiental com ênfase no Planejamento Turístico*. [S.n.t.]

TEIXEIRA, S.K.; NOGUEIRA, A.R.B. *A Geografia das Representações e sua aplicação pedagógica: contribuições de uma experiência vivida*. REVISTA DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, n.13, p.239-257, 1999.

TILBURY, D. *Environmental education for sustainability: defining the new focus of environmental education in the 1990s*. Environmental Education Research, v.1, n.2, p.195-212,1995.

WESTERN, D. *Definindo Ecoturismo*. In: LINDENBERG, K.; HAWKINS, D. E. *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. Tradução: Leila Cristina Darin; 3ª ed. São Paulo: SENAC, 2001.